

OS GUARANIS NAS PRECARIIDADES DA GUERRA: O IMPACTO DO RECRUTAMENTO NAS MISSÕES ORIENTAIS (RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX)

*Max Roberto Pereira Ribeiro*¹

Introdução

Em 1810, iniciava um dos períodos mais conturbados da história dos índios guaranis das Missões Orientais. Aquela região se localizava na fronteira entre o Rio Grande de São Pedro e as colônias espanholas do rio da Prata. As instabilidades político-sociais provocadas pela insurgência do Vice-Reinado contra sua metrópole provocaram efeitos irreversíveis à dinâmica socioeconômica missioneira. Da capital do vice-reinado, Buenos Aires, partia um grande projeto centralizador, levado a cabo pela elite portenha o qual visava estender seu domínio às demais províncias². As instabilidades eram causadas pelas dúvidas quanto ao sistema de governo que seria adotado nestas províncias provocando o confronto armado.

Manuel Belgrano, funcionário da Junta Governativa de Buenos Aires foi encarregado de sufocar as forças insurgentes ao projeto centralista, as quais se espalhavam pela fronteira do rio Uruguai indo até a província do Paraguai. Estas movimentações chamaram a atenção dos luso-brasileiros. Em agosto de 1810, o comandante da fronteira de Missões, Francisco das Chagas Santos, foi informado pelo Tenente Manuel Ferreira Braga que ele havia encontrado dois castelhanos vindos de Buenos Aires os quais se achavam fugidos do recrutamento que lá se fazia. Disseram os castelhanos que de Buenos Aires partiam 600 homens para aquela fronteira³.

Ao mesmo tempo, apresentou-se ao Tenente Manuel Ferreira Braga um guarani de Japeju dizendo que, naquele Povo, haviam chegado 400 homens, os quais esperavam mais 600, e que ali se achavam prontos 1500 guaranis com lanças⁴. Chagas Santos obteve mais informações do outro lado do rio do Uruguai depois da chegada do Cirurgião-mor, Henrique José Peixoto, do Povo de Santo Tomé, ao território missioneiro. Disse o Cirurgião que o Governador Rocamora não quis se submeter às ordens do Governador do Paraguai o qual não reconheceu a legitimidade da instalação da Junta Governativa de Buenos Aires⁵.

A partir destes acontecimentos, Francisco das Chagas Santos adotou uma política militarista a qual envolveu índios e luso-brasileiros na defesa de uma

¹ Doutorando em História pela Universidade do Vale dos Sinos. Bolsista Capes/ PROSUP. E-Mail: <maxrpribeiro@gmail.com>.

² DONGHI, Tulio Halperín. *Revolucion y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. 3. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1994.

³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, ago. 1810, maço 16.

⁴ AHRS. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, ago. 1810, maço 16.

⁵ AHRS. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, ago. 1810, maço 16.

possível invasão castelhana. Assim sendo, a finalidade deste artigo é caracterizar o grupo de índios guaranis que passaram a serem recrutados como milicianos nas Missões a partir de 1810, ano da independência das colônias espanholas do rio da Prata. A revolução de independência teve impacto político e social decisivo sobre os povos missioneiros que conformavam a fronteira colonial portuguesa na América Meridional. A partir da *Lista de Todas as Pessoas Empregadas na Província de Missões*, à luz de análise quantitativa, traça o perfil sócio-profissional dos índios que foram recrutados como milicianos.

Diferente do que a historiografia apontava os índios não foram agentes passivos nos processos históricos da Fronteira Meridional. Eles participaram ativamente da administração dos povos e também das milícias de guaranis que serviam de suporte aos exércitos luso-brasileiros empregados na defesa do território missioneiro. Suas ações faziam parte de estratégias individuais e coletivas que atendiam necessidades concretas do mundo social.

Cabildantes e Milicianos: resquícios de uma elite indígena

O Cirurgião Henrique José Peixoto informou, em 1810, após seu retorno do lado insurgente, que a disputa havia dividido o povo em dois partidos (os a favor de Buenos Aires e os a favor do Paraguai) e que Rocamora, instalado em Jajeju, passou a se prevenir juntando e organizando milícias para defender aquele local. Naquele tempo, o governador mandou prender o padre de Jajeju que era a favor do partido do Paraguai, sendo este remetido a Buenos Aires, onde se achava preso o Vice-Rei das províncias do rio da Prata. O comandante da fronteira de Missões, Chagas Santos, combinou estas notícias com o que se publicava na gazeta de Buenos Aires tendo, naquele momento, a exata dimensão do que acontecia⁶.

No entanto, Chagas Santos nutria dúvidas sobre as reais intenções dos espanhóis. Tomando por precaução, ele decidiu mandar reforçar todas as guardas e passos existentes na margem oriental do rio Uruguai. O comandante também se preocupou em acompanhar os movimentos do governador do Paraguai Bernardo de Velazco. Em Santo Tomé, o Cirurgião-mor Henrique José Peixoto remetia a Chagas Santos notícias sobre a marcha que fazia o Governador do Paraguai. Velazco havia saído do Povo da Candelária e tinha por destino o Povo de Santo Tomé.

Chagas Santos, naquele instante, informou ao governador do Rio Grande, Dom Diogo de Sousa, que o estado das guarnições e dos efetivos de toda fronteira de Missões eram precários. Segundo o comandante havia apenas 82 soldados de dragões e outros 34 soldados para guarnecer 60 léguas de fronteira e que os milicianos encontravam-se mal pagos e deficientes em armamentos, enquanto que os espanhóis contavam com mais de 600 homens bem armados. Chagas Santo ainda relatou que as forças espanholas se concentravam nas guardas à margem direita do rio Uruguai com mais de 25 peças de artilharia distribuídas em vários calibres.

O comandante temia que houvesse ataque dos espanhóis alertando ao

⁶ Donghi destaca que a *Gazeta de Buenos Aires* foi um periódico, criado em 1811, pelos revolucionários portenhos com propósito de espalhar a revolução e aumentar a adesão ao movimento. Ver: DONGUI, “*Revolución y guerra...*”, 1994.

governador Dom Diogo de Sousa sobre o seguinte:

Estas providências ou sejam para se defenderem ou são para nos atacarem, já estão na sua fronteira, e quando eu souber ou observar algum movimento contra nós, pode suceder que não haja tempo de recorrer, alcançar Vossa Excelência ou mesmo do comandante da fronteira do Rio Pardo as providências, socorros necessários a esta fronteira que dista de Porto Alegre 100 léguas e de Rio Pardo 80 de caminho até a Serra de São Martinho no espaço de 30 léguas e cortando vários rios de nado e outros difíceis de atravessar em tempo de chuvas, além da sobredita serra que atravessa no espaço de duas léguas.⁷

A figura abaixo esboça de modo aproximado os contornos do território missioneiro naquela conjuntura de 1809.

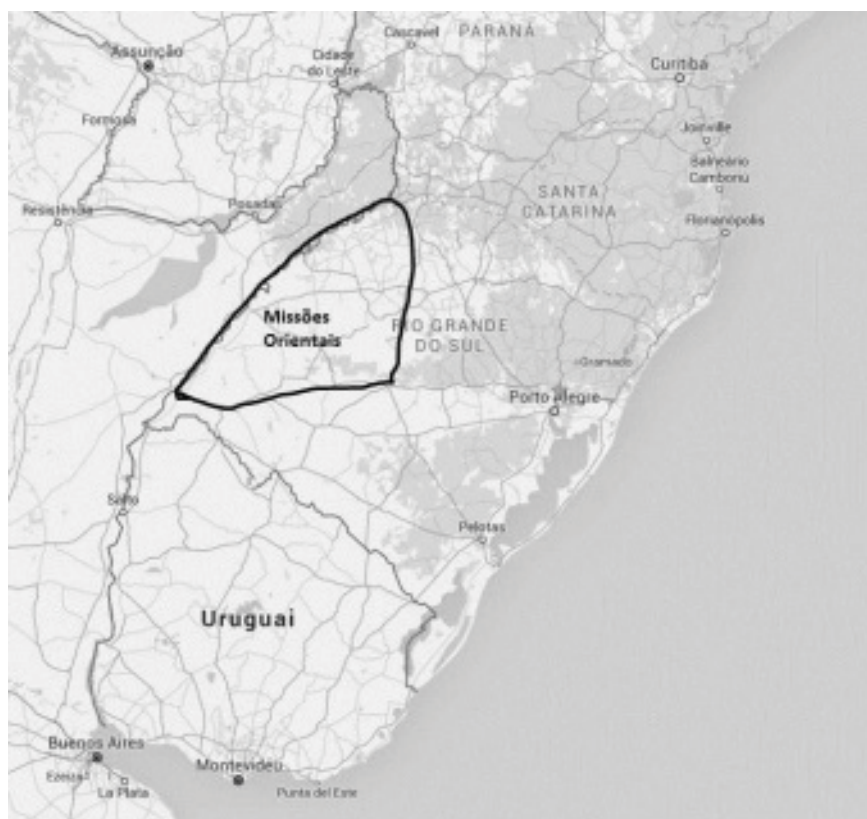


Fig. 1 – Dimensão aproximada do território das Missões Orientais em 1809.
Fonte: mapa adaptado de *Google Maps*, Max Ribeiro, 2015.

⁷ AHRS. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, ago. 1810, maço 16.

Chagas Santos esboçou um quadro lastimável em relação ao estado da defesa do território missioneiro no qual, além da deficiência de efetivos, havia também os complicadores da logística ocasionados pelas limitações impostas pela geografia, dificultando o deslocamento de tropas de outros lugares. O comandante ponderou que aquela fronteira era a mais despovoada e a mais exposta a ataques e, por tal razão, não havia motivos para ser menos guarnecida do que a fronteira do Rio Pardo. Frente a todas estas adversidades, Chagas Santos resolveu aproveitar os moradores da fronteira inserindo-os em milícias visando defender o território missioneiro.

O comandante estava convencido de aumentar os efetivos militares da fronteira acreditando que poderia obter mais de 700 milicianos, entre os quais, marcavam presença, portugueses e guaranis. A guerra chegava aos índios e o recrutamento iminente acabaria por mudar a geografia humana nas Missões. Francisco das Chagas Santos mandou recrutar os trabalhadores guaranis considerados robustos e capazes de ingressar nas milícias missioneiras. Havia a ressalva de não se ocupar todos os guaranis com o ofício de tecelão e carpinteiro⁸. O recrutamento se deu em maior grau sobre os índios com o ofício de agricultor⁹.

Para melhor compreender este processo é necessário ater-se a lista das ocupações, existente na correspondência do comandante Chagas Santos, feita no mesmo ano de 1810. No cabeçalho do documento consta sua natureza, *Lista das Pessoas Empregadas em Todas as Classes Nesta Província de Missões*¹⁰. Este documento é basicamente um recenseamento o qual abarca apenas a população masculina, em virtude de ter sido feita, muito provavelmente, para poder se fazer o recrutamento, constando nesta lista os nomes, local de moradia e as ocupações dos sujeitos nela recenseados. A lista é dividida por Povos onde se observa três campos que foram distribuídos em *nome, ocupação e habitação*.

A listagem, antes de tudo, expressa em linhas mais ou menos precisas, a estrutura social missioneira. Na lista constam 1658 indivíduos entre os quais se encontram 1372 (83%) moradores guaranis, 233 (14%) moradores portugueses e 53 (3%) moradores escravos¹¹. Em números e percentuais gerais, nota-se que a maior parte dos homens era empregada na agricultura. Outra parcela importante da mão-de-obra masculina missioneira desenvolvia ofício de peão e trabalhos manuais, tais como a tecelaria, carpintaria, olaria entre outras. Embora a lista sobre-represente a população masculina, parece evidente que a principal atividade econômica nas Missões era a agricultura.

A representatividade dos ofícios, no entanto, pode variar visto que não há referências aos ofícios desenvolvidos pelas mulheres, especialmente às mulheres guaranis. Em observância aos ofícios dos homens apresenta-se o gráfico que segue abaixo:

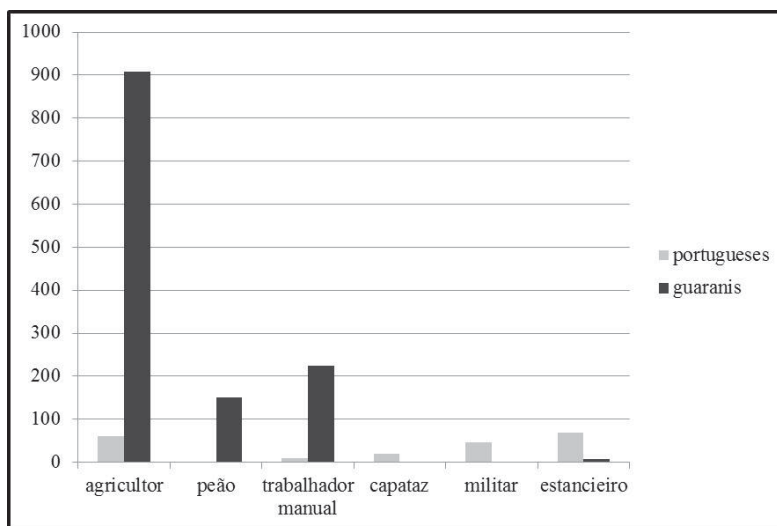
⁸ AHRS. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, ago. 1809, maço 16.

⁹ AHRS. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, ago. 1810, maço 16.

¹⁰ AHRS. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, dez. 1810, maço 16.

¹¹ AHRS. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, dez. 1810, maço 16.

GRÁFICO 1 OFÍCIOS DOS MORADORES PORTUGUESES E GUARANIS NAS MISSÕES EM 1810



Fonte: AHRG. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos. Dezembro de 1810, maço 16.

O gráfico acima nos ajuda a visualizar a composição social geral nas Missões¹². Nota-se a esmagadora presença dos homens guaranis entre os agricultores, a ausência de portugueses entre os peões e a forte presença dos índios nos trabalhos manuais¹³. Por trabalhador manual se entende todos aqueles sujeitos classificados na lista como tecelão, alfaiate, curtidor, oleiro, padeiro, carpinteiro, ferreiro, sapateiro entre outros. Entre os capatazes de estâncias e militares há ausência de guaranis, já entre os classificados como *estancieiros* encontra-se 69 portugueses e sete nomes de guaranis.

O termo *estancieiro*, segundo o dicionário de Antonio Moraes Silva (1789), foi peculiar no contexto da América do Sul¹⁴. Este termo está associado ao criador de gado, não especificando se de pequeno, médio ou grande porte. Possivelmente, o emprego desta expressão, na lista de ocupações, tenha sido feita de modo genérico, estendendo-se a todos aqueles que desenvolviam a atividade da criação de gado.

¹² Na lista consta os nomes de 53 escravos que foram excluídos da análise por não haver referências aos seus ofícios.

¹³ Estes ofícios eram desenvolvidos por mão-de-obra especializada e exigiam habilidades manuais. Roberto Guedes (2006) ao estudar os ofícios desempenhados por escravos no rio de Janeiro e São Paulo, também notou semelhantes atividades, classificando-as como ofícios mecânicos. Nota-se, com isso, uma correspondência entre o que foi postulado por Guedes e os dados presentes na lista de ocupações. Contudo, optou-se em usar o termo *trabalhos manuais*. Para maiores detalhes sobre os ofícios dos escravos, ver: GUEDES, Roberto. “Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séc. XVII-XVIII)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, vol. 7, n. 13, jul./dez. 2006, p. 379-423.

¹⁴ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo Padre Rafael Bluteau, reformando e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798, tomo segundo, p. 559.

Isso não entanto, não caracterizaria ainda as grandes unidades produtivas que se configurariam na segunda metade do século XIX, em especial na campanha sul-rio-grandense.

Quanto à ausência de guaranis como militares, este dado não corresponde a inexistência de índios armados, empregados na defesa, pois já havia guaranis preenchendo as fileiras das milícias missioneiras. Estas milícias existiam desde o período missional (1640-1768) e, depois de 1801, os administradores portugueses instituíram o pagamento de soldo aos milicianos guaranis¹⁵. Chagas Santos, comandante da fronteira, já contava com 200 guaranis os quais se encontravam destacados pelas diversas guardas da fronteira de Missões o que, muito provavelmente, provocou a falta destes índios na lista¹⁶. Os militares portugueses, em geral, eram oficiais e soldados do Quartel de Dragões de Rio Pardo, destacados para a defesa daquele território.

O dado mais significativo do gráfico 1 indica que a agricultura tinha grande peso na estrutura socioeconômica missioneira. Conforme os dados apresentados por Juan Carlo Garavaglia¹⁷, os Povos da margem oriental do rio Uruguai eram grandes produtores de algodão e erva mate no século XVIII. Boa parte do excedente desta produção missioneira era comercializada com Buenos Aires e Santa Fé. Garavaglia, com isso, identificou um circuito comercial no qual as Missões Orientais se inseriam na lógica colonial espanhola destinando grande parte de sua produção ao mercado interno na região platina.

Mesmo que, ao longo do tempo, tenham ocorrido mudanças no processo econômico missioneiro, parece que a agricultura, mesmo depois da conquista luso-brasileira, manteve um importante papel na economia missioneira, visto o número esmagador de agricultores. No entanto, pode ter ocorrido a fragilização e ou até mesmo o rompimento deste comércio em virtude do movimento de independência das colônias do Prata a partir de 1810. A organização produtiva indígena estruturava-se no *sistema de comunidades* o qual foi organizado no período missional. Em linhas gerais, este sistema se organizava em torno de uma produção comunitária (tupambaé – terra de deus) e outro particular (abambaé – terra do homem)¹⁸.

Patrício José Correia da Câmara, comandante da fronteira do Rio Pardo, em 1801, enviou ofício ao Cabildo de São Miguel, logo após a rendição dos Povos a Portugal no qual se dava garantias de que a mudança de vassalagem por parte dos índios não lhes causaria alterações na organização política e social dos Povos. O sistema de comunidades, no entanto, vinha sendo abandonado pelos espanhóis antes de 1801. No ano anterior a conquista luso-brasileira, ocorreu a liberação de

¹⁵ GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007, p. 274.

¹⁶ AHRs. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, ago. 1810, maço 16.

¹⁷ GARAVAGLIA, Juan Carlo. *Mercado interno y economia colonial: tres siglos de historia de la yerba mate*. Cidade do México: Grijalbo, 1983.

¹⁸ GARAVAGLIA, Juan Carlo. “Um modo de produção subsidiário: a organização econômica das comunidades guaranizadas durante os Séculos XVII-XVIII na formação regional do Alto Peruano – Rio Platense”. In: GEBRAM, Philomena (org.). *Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 247-275.

algumas famílias do dito sistema, o que acarretou em atritos entre a administração espanhola e os índios, pois a liberação desrespeitava a noção de família que os guaranis conheciam¹⁹.

O parentesco guarani se estendia a um grupo amplo de sujeitos, incluindo seus compadres (compadrazgo) e seus cunhados (cunhadazgo), o que ia muito além do modelo familiar europeu corresidente, ou seja, um núcleo parental; pai e mãe unidos pelo matrimônio e seus filhos legítimos. Contudo, como destaca José Luís Moreno (2004), a Igreja teve que conquistar espaço em meio a práticas culturais pré-hispânicas que delineavam outros formatos de família e, só com o tempo, conseguiu estabelecer o modelo de família nuclear como o único aceito socialmente²⁰.

Como apenas alguns núcleos parentais foram liberados, muitos índios protestaram contra os critérios adotados pelo Vice-rei. Parece que a liberação das comunidades também se fez sentir na política luso-brasileira de gestão dos Povos. O comandante da fronteira de Missões, Francisco das Chagas Santos, em 1809, reclamava de um decreto do governador do Rio Grande de São Pedro, de 1803, o qual permitia aos guaranis retirarem-se à fronteira do Rio Pardo²¹. Este decreto foi baixado pelo governador Paulo José da Silva Gama e enviado ao administrador geral dos Povos, Joaquim Felix da Fonseca.

O que se pode notar com isso é que os guaranis durante a administração portuguesa foram desobrigados do sistema de comunidades, tendo como possibilidade migrar para outros territórios. Contudo, uma parcela significativa da população missioneira permaneceu nas Missões. É bem provável que esta permanência estava relacionada com a existência das comunidades indígenas as quais perseveraram como parte da organização política e social dos guaranis. Contudo, não se pode acreditar que tal sistema fosse o mesmo do período missional.

Estes resquícios nos levam a crer, no entanto, que as comunidades faziam parte da lógica social indígena e que, após a conquista das Missões pelos luso-brasileiros, foram reordenadas aos interesses do Estado português, que acabou se utilizando deste sistema produtivo pré-existente para dar conta da defesa de suas fronteiras com as antigas colônias platinas. August de Saint-Hilaire, naturalista francês de passagem pelo território missionário em 1821, observou no Povo de São Luiz alguns elementos que ajudam a compreender o funcionamento do sistema de comunidades:

Vi no convento um grande número de surrões cheios de arroz, milho e feijão. Esses gêneros, resultado dos trabalhos da comunidade, se destinam à alimentação dos habitantes da aldeia. O excedente das colheitas e dos tecidos de algodão é trocado por bovinos, e os índios de São Luís comem sempre carne. À exceção dos artífices, todos trabalham nas plantações da comunidade, mas,

¹⁹ WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

²⁰ Sobre família no Rio da Prata, ver: MORENO, José Luís. *Historia de la familia en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

²¹ AHRG. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, ago. 1809, maço 16.

*além disso, o administrador lhes permite fazer plantações particulares e lhes dá dias de férias para cuidá-las.*²²

O fragmento acima nos mostra, como funcionaram as comunidades indígenas após 1801. Como se pode perceber, os índios produziam para sua subsistência além integrarem as comunidades que geravam os excedentes os quais eram permutados e redistribuídos entre os guaranis. Entretanto, parte desta produção também era usada como moeda em tempos de guerra. O comandante Francisco das Chagas Santos, em 1813, deu notícias ao Governador sobre as supostas invasões pretendidas pelos espanhóis às Missões. O comandante, em seu informe, chamou estas notícias de “fabulosas”, dizendo que os únicos a se apresentarem na fronteira eram homens que iam comprar alguns gêneros e que trocavam cavalos por panos de algodão²³. Os cavalos eram imediatamente distribuídos entre os Povos os quais, muito provavelmente, eram empregados nos serviços da guerra.

Dois anos antes, Chagas Santos formou um regimento de cavalaria composto de guaranis missioneiros, o qual foi batizado pelo comandante de *Regimento de Milícias de Guaranis a Cavalos*²⁴. Esta milícia era formada por 512 postos, todos estes ocupados por índios. O Regimento era dividido em oito companhias e cada uma delas possuía de 62 a 64 milicianos, um capitão, um tenente, entre dois a quatro furriéis, cinco cabos e o restante de soldados. A distribuição das companhias se dava do seguinte modo: a 1ª e a 2ª do Povo de São Borja, a 3ª e a 5ª do Povo de São Nicolau, a 4ª do Povo de São Luiz – todas com 64 postos cada – a 6ª do Povo de São Miguel, a 7ª do Povo de São João e 8ª do Povo de Santo Ângelo, cada uma com 62 postos²⁵.

Conforme a relação de soldo a se pagar aos milicianos guaranis, elaborada em 1812, havia 470 índios com soldo a receber, entre março e agosto de 1812. A relação de soldo, por sua vez, é composta das seguintes informações: nome do miliciano, posto, divisão valor do soldo vencido, bem como os meses que tinha a receber²⁶. No ano seguinte, Chagas Santos respondeu ao Governador sobre acusações dirigidas contra ele em respeito à compra de cavalos para uso particular pagos com varas de algodão produzido pelos guaranis²⁷. O comandante, em sua defesa, alegou ter usado as varas para comprar cavalos que seriam destinados ao Regimento de Guaranis.

Chagas Santos lembrou que o Cirurgião Henrique José Peixoto, encarregado da compra dos cavalos, tinha permissão especial do próprio Governador do Rio Grande de São Pedro para ir ao outro lado do rio Uruguai permutar diversos gêneros por cavalos novos e mansos os quais eram comprados a sete varas de algodão cada

²² Grifos nossos. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 366.

²³ AHRG. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, abr. 1813, maço 37.

²⁴ AHRG. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, ago. 1811, maço 24.

²⁵ AHRG. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, abr. 1811, maço 24.

²⁶ AHRG. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, ago. 1812, maço 26. A relação de soldo representa apenas os milicianos com soldo a receber, não significando, portanto, que houvesse apenas 470 índios no regimento.

²⁷ AHRG. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, dez. 1813, maço 37.

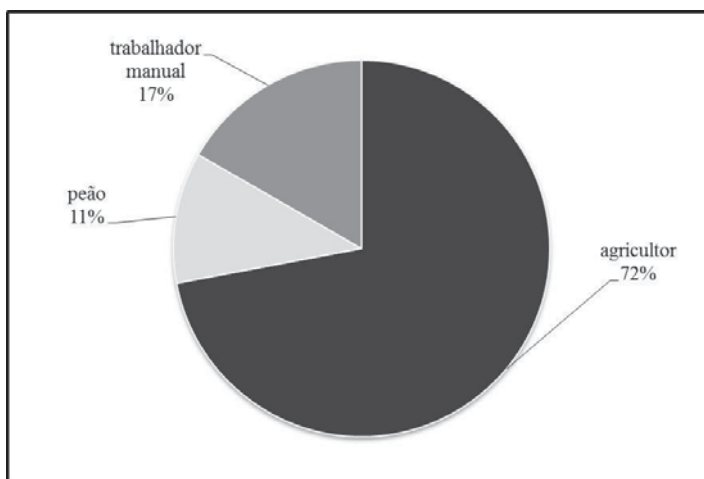
um²⁸. O dito Cirurgião comprou um total de 413 cavalos como demonstra uma série de documentos comprobatórios emitidos pelos administradores e corregedores dos Povos. Contudo, Chagas Santos informou a compra de 428 animais o que daria uma diferença de 15 cavalos do total comprado.

Seja como for, o importante a ser destacado é a existência de um mercado de guerra onde operava um sistema de trocas na fronteira em que circulavam gado vacum e cavalos das províncias do Rio da Prata e panos de algodão e erva-mate de produção missioneira. O que pode se perceber é que a produção das comunidades foi drenada para uma logística de guerra, o que muito provavelmente, afetou a subsistência dos Povos. Neste sentido, as comunidades indígenas podem ter adquirido grande importância aos luso-brasileiros uma vez que ajudavam a galgar recursos para o esforço de guerra.

Além de desviar recursos materiais das comunidades para guerra, os luso-brasileiros também recrutaram os trabalhadores guaranis, o que também, possivelmente, acabaria por afetar as comunidades diminuindo seu contingente de mão-de-obra. É possível medir o impacto do recrutamento sobre as comunidades realizando um procedimento simples de contabilidade dos ofícios dispostos na lista de ocupações de todos os guaranis que nela foram assentados. Em seguida, fazendo um cruzamento desta lista com a relação de soldos a pagar ao Regimento Guarani, é possível de se traçar um perfil dos índios que foram recrutados.

Focando, primeiramente, na lista de ocupações, contabilizamos os ofícios de todos os moradores guaranis nela assentados. A partir destes dados apresenta-se o gráfico que segue abaixo:

GRÁFICO 2
OFÍCIOS DOS MORADORES GUARANIS NAS MISSÕES (%)



Fonte: AHRG. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos. Dezembro de 1810, maço 16.

²⁸ A vara de algodão refere-se à unidade de medida portuguesa conhecida como *vara*, a qual media 110 cm. No *Dicionário da língua portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, de 1789, há esta mesma relação da *vara* como medida de pano.

Pelo gráfico 2 é possível perceber que a agricultura era estruturante para a sociedade guarani missioneira. A maciça maioria dos homens guaranis (908/ 72%), como se vê, desempenhava o ofício de *agricultor*. Algumas considerações devem ser feitas em relação a esta classificação. Não há referências diretas quanto ao tipo de agricultura praticada pelos guaranis neste período. Entretanto, se pode sugerir que os agricultores guaranis assentados na lista de ocupações desenvolviam suas atividades na produção do algodão e da erva-mate que eram os principais gêneros produzidos pelas comunidades.

Embora a produção da erva-mate estivesse associada ao extrativismo, onde se poderia explorar os ervais naturais, o beneficiamento da folha para o consumo, passava por diversas etapas o que envolvia, por sua vez, muitos trabalhadores²⁹. No *Dicionário da língua portuguesa* de Antonio de Moraes, por exemplo, o significado de *agricultor* está associado ao trabalho com a terra, não havendo diferenciação quanto ao tipo de produção. O que se pode notar é que não havia por parte do recenseador dos índios, quanto aos seus ofícios, uma definição clara com relação ao emprego deste termo.

O uso genérico desta expressão, no entanto, pode ter ocultado uma complexa cadeia produtiva nas Missões que ia da produção de alimentos até o plantio e colheita do algodão e beneficiamento da erva-mate, usados como moeda de troca pela administração dos Povos. Parte do controle desta produção poderia passar pelos guaranis ligados à administração (os cabildantes) o que poderia possibilitar a eles certo grau de autonomia em relação às comunidades. A produção comunitária abarcava grande parte dos trabalhadores manuais (224/ 17%) e outros ligados aos trabalhos campeiros (151/11%). Os dados da lista de ocupações indicam que muitos índios permaneceram ligados às comunidades indígenas.

Sem negar a existência de forças e imposições que pudessem constringer os guaranis a não abandonar as Missões, considera-se também a vontade dos índios, principalmente aqueles ligados à burocracia dos Povos, em não deixar suas terras, suas casas, seus postos de trabalho e ofícios. Enfim, não queriam abandonar os meios sócio-políticos capazes de gerar o prestígio social que somente seria possível adquirir enquanto um guarani ligado de algum modo à burocracia missioneira ou à tutela do Estado português.

Esta hipótese pode ser demonstrada ao observar os ofícios dos guaranis que ocupavam os postos de cabildante nas Missões. Na lista de ocupações há 59 nomes de guaranis assentados como *cabildante e agricultor*³⁰. Este dado torna-se mais relevante pela inexistência de cabildantes com outro ofício, o que pode indicar que a agricultura além de estruturante na sociedade missioneira também era exercida por membros da burocracia indígena. Há ainda outros 21 guaranis, todos classificados como agricultores, que foram recenseados com o nome precedido do distintivo *Dom*, antigo título nobiliárquico espanhol. Estes podem ser indícios da permanência de uma parte da elite indígena nas Missões.

Com isso se pode notar claramente que os índios participaram da administração dos Povos, fazendo-se representar politicamente no exercício do cargo de cabildante. Este dado também evidencia uma das formas de inserção dos índios na

²⁹ GARAVAGLIA, *Mercado interno...*, p. 243-252.

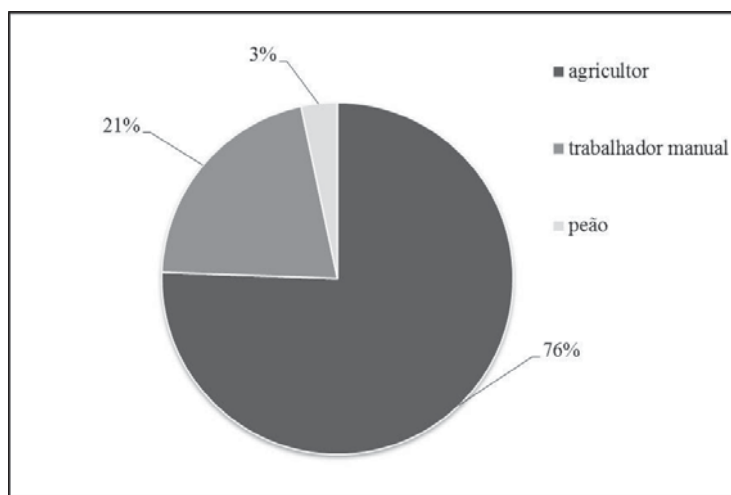
³⁰ Este número foi obtido somando os cabildantes de todos os Povos.

relação com o avanço da colonização luso-brasileira das Missões. Além dos cargos nos cabildos, outra forma de inserção e participação dos índios no sistema sócio-político missionário que deve ser considerado diz respeito ao próprio recrutamento.

Como já foi referido, na lista de ocupações se encontra os nomes de 1372 índios. Na relação de soldo do Regimento Guarani, somam-se 470 nomes. Relacionando estes totais, nota-se que o total de índios com soldo vencido corresponde a cerca de um quarto dos guaranis assentados na lista de ocupações. Este número já nos mostra, inicialmente, o impacto do recrutamento sobre o sistema produtivo missionário. A participação dos índios no Regimento, porém, pode ser tomada como outra forma de inserção e ascensão social possível aos guaranis dentro das Missões.

Realizando um cruzamento nominal entre a lista das ocupações e a relação de soldo se pode ter uma noção do perfil social dos índios que foram recrutados para comporem o Regimento. Dos 470 nomes presentes na relação de soldo, foi possível encontrar 195 nomes correspondentes na lista de ocupações³¹. Este procedimento permite traçar um perfil ocupacional dos guaranis que foram recrutados como demonstra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 3
PERFIL OCUPACIONAL DOS GUARANIS RECRUTADOS



Fonte: AHRG. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos, 1810/1812, maços 16 e 26.

Nota-se que a ampla maioria dos guaranis recrutados (136/76%) possuía o ofício de agricultor. Estes índios foram empregados na Cavalaria Milicianiana Guarani. Pela relação de soldos a pagar pode se esboçar como se estruturava o Regimento. As companhias somadas atingiam 512 postos, contudo, na relação dos milicianos com soldo a receber, apenas constam 470 nomes, muito provavelmente porque a 7ª companhia de cavalaria, que era do Povo de São João, não tinha soldo a

³¹ Estima-se que este número possa ser bem maior, pois há muitos problemas em relação à grafia dos sobrenomes guaranis, o que dificulta encontrá-los nos diferentes documentos.

receber, já que foi a única não referida na relação. Entre os 24 oficiais guaranis os quais foram propostos pelo comandante Chagas Santos para o comando destas companhias, apenas dois não eram agricultores³². Pela relação de soldos, foi possível encontrar 18 oficiais: seis capitães, seis tenentes e seis alferes. Entre estes apenas dois não eram agricultores.

No grupo dos oficiais se encontra o cabildante e capitão corregedor do Povo de São Borja, o guarani João da Cruz, que também foi interinamente administrador daquele Povo. Segundo o que ponderou Chagas Santos, o índio foi escolhido para desempenhar esta função por ser considerado o mais capaz e também porque, segundo ele, o Povo não tinha fundos para pagar os 12.000 réis mensais a um administrador português. Por tal razão, Chagas Santos combinou com João da Cruz em lhe dar 10 arrobas de algodão a cada 100 que colhesse da nova colheita como pagamento para administrar aquele Povo³³.

O capitão guarani João da Cruz foi substituído depois de passados um mês e meio de ter assumido o cargo pelo administrador português Sabino José de Almeida, nomeado diretamente pelo Governador Dom Diogo de Sousa. Segundo informa Chagas Santos, o motivo de sua substituição seria em razão do guarani não vencer o ordenado mensal que era exigido. A administração de Sabino José, entretanto, não agradou ao comandante Chagas Santos. Segundo ele, o administrador não colheu o algodão no tempo certo, deixando-o estragar, fato que levou o comandante Chagas a afastar Sabino José Almeida da administração do Povo de São Borja.

O comandante, em resposta ao Governador, explicou que aquele era o Povo mais atrasado e pobre em relação aos outros e, por este motivo, João da Cruz não vencia a receita mensal exigida. Disse também que o trato feito com o índio teria sido em virtude de ele ter demonstrado interesse pela colheita do algodão³⁴. Assim, Chagas Santos encontrava uma solução fiscal para a falta dos 12.000 réis de salário pago a um administrador português, colocando um índio como administrador e que tinha participação na distribuição dos recursos.

João da Cruz não foi o único guarani empregado como administrador nas Missões. Em janeiro de 1811, Chagas Santos enviou um relatório ao Governador Dom Diogo de Sousa em respeito às atividades de todos os administradores. No relatório figura o nome de Santiago Pindó, administrador interino e corregedor do Povo de São Luiz. Pela lista das ocupações, nota-se que Pindó permaneceu no cargo por no mínimo um ano. Chagas Santos pretendia substituí-lo por “[...] faltarlhe um certo manejo para as compras e as vendas do mesmo Povo o qual precisa de outro administrador voltando a ser corregedor o mesmo Pindó”³⁵.

Além destes milicianos guaranis que se envolveram na administração dos Povos houve também outros índios que possuíam título de *Dom*. Estes índios foram empregados na cavalaria miliciana como é possível demonstrar seguindo as informações da *Relação de Soldo do Regimento Guarani*:

³² Este resultado foi obtido através do cruzamento dos nomes propostos como oficiais com os nomes da lista de ocupações.

³³ AHRM. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, abr. 1813, maço 37.

³⁴ AHRM. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, dez. 1813, maço 37.

³⁵ AHRM. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, jan. 1811, maço 24.

QUADRO 1 POSTOS DE CAVALARIA DOS GUARANIS COM ATRIBUTO DE DOM

Nome (Dom)	Posto
Inácio Inairá	Cabo
João da Cruz	Furiel
João José	Soldado
José Jeguacajü	Soldado
Leandro Mandaré	Cabo
Pio Jataí	Cabo
Santos Guairumbá	Furiel
Teodoro Ñangoi	Soldado
Urcino Morura	Cabo

Fonte: AHRG. Fundo Autoridades Militares, Francisco das Chagas Santos, 1810/1812, maços 16 e 26.

Todos os dados, expostos até aqui, ajudam a demonstrar a infinidade de estratégias adotadas pelos índios guaranis, após a conquista luso-brasileira. Estes dados também dão resquícios de uma diminuta elite indígena que continuou residindo no território missioneiro. A permanência desta elite nas Missões pode estar associada mais à ideia de que decidiram permanecer por sua escolha junto de suas famílias desempenhando suas funções junto à administração dos Povos e menos à ideia de que eles tenham ficado constrangidos em abandonarem o território missioneiro. Neste sentido, se faz preciso descrever a composição familiar indígena missioneira.

Nas Missões, elas se estruturavam com parentesco estendido àqueles que não possuíam laços de sangue. Nos séculos XVII-XVIII, as autoridades coloniais as chamavam de cacicados. Conforme aponta Guillermo Wilde, os cacicados foram a unidade social indígena mais elementar na estrutura sócio-política das Missões³⁶. Cada cacicado possuía a liderança de um cacique responsável por todos os membros que integravam o cacicado. O cacique, por sua vez, participava do cabildo missioneiro como corregedor.

Estas lideranças possuíam sua autoridade reconhecida como legítima no mundo colonial hispânico. Desse modo, as lideranças indígenas recebiam tratamento diferenciado. O cabildo missioneiro funcionava como uma espécie de conselho que imitava o núcleo administrativo dos principais centros urbanos da América Espanhola. Nas Missões, o cabildo reuniu as lideranças guaranis em torno da administração colonial com o propósito de governar os Povos de índios. A documentação das Autoridades Militares revela que os cabildos missioneiros estiveram em atividade até pelo menos 1830³⁷.

Além da lista de ocupações, na qual existe o nome dos 59 cabildantes dos Povos, há outras referências que reforçam a hipótese de que parte da elite indígena permaneceu nas Missões. August de Saint-Hilaire naturalista francês que esteve de passagem pelo território missioneiro, em 1821, observou que no Povo de São

³⁶ WILDE, *Religión y poder...*, p. 82-87.

³⁷ Logo adiante será demonstrada a venda de uma estância feita pelo cabildo de São Miguel, em 1830, o corrobora com a hipótese da permanência da elite indígena e da continuidade dos cabildos.

Nicolau o cabildo não funcionava como em outros tempos, contudo os principais cargos ainda eram preenchidos, a saber: o cargo de capitão corregedor, tenente corregedor, alcaide e escrivão³⁸. Estes cargos também foram exercidos nos demais Povos o que dá indícios da continuidade da participação indígena na administração missioneira.

Outro episódio ocorrido em julho de 1820, nos ajuda a perceber a longevidade do cabildo missioneiro. Naquele ano, foi realizado um ato solene no Povo de São Borja, onde esteve presente o Coronel comandante da fronteira de Missões Antonio José da Silva Paulet, o Vigário e demais autoridades como os oficiais militares e corregedores dos Povos. Todos se achavam em frente à igreja matriz daquela povoação pela ordem que recebeu o comandante Paulet do Governador do Rio Grande, através de um decreto real, para jurarem lealdade ao Rei e a nova constituição das Cortes que se fizesse em Portugal³⁹.

Com a mão direita sobre os sagrados evangelhos, o comandante Paulet proferiu o seguinte:

[...] Juro veneração e respeito a nossa Santa Religião, obediência a El Rei Nosso Senhor, observar guardar e manter perpetuamente a constituição tal qual se fizer em Portugal pelas Cortes; e pela mesma forma prestarão juramento todas as pessoas que neste vão assinadas; como também a Tropa e mais povo haviam dado demonstração de aplauso, júbilo e satisfação, repetindo por três vezes = Viva a Nossa Religião, Viva El Rei Nosso Senhor, Viva nossa Constituição [...].⁴⁰

No documento estão presentes 70 assinaturas em que se encontram inclusas as rubricas de 27 oficiais guaranis; entre eles três capitães, cinco alferes, nove furriéis e onze cabos. Este documento, além de elucidar a participação indígena no cerimonial de juramento a nova Constituição, também ajuda a perceber a permanência de membros da elite guarani missioneira nas Missões. A este respeito há um elucidativo caso sobre a venda de uma das estâncias missioneiras pertencente ao Povo de São Miguel.

Ela foi vendida ao Escrivão José de Abreu Vale Machado, em 1828, no entanto, a escritura de compra e venda foi feita somente em 1830. Na escritura consta que ela foi elaborada, “traduzida do castelhano para o brasileiro”, a partir de uma das atas do cabildo do Povo de São Miguel, a quem pertencia a estância, que foi vendida por 10 contos de réis⁴¹. Segundo o conteúdo da escritura, os cabildantes,

³⁸ SAINT-HILAIRE, “Viagem ao Rio Grande...”, p. 342.

³⁹ Em 1820, estourou em Portugal a Revolução Liberal do Porto. As Cortes de Lisboa, além de exigirem o retorno do rei Dom João VI, que havia migrado para o Brasil em 1808, desejavam limitar os poderes do rei, impondo a ele uma nova Constituição. Sobre a Revolução do Porto e suas repercussões no Brasil, especialmente em relação ao processo de Independência, ver: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

⁴⁰ AHRG. Fundo Autoridades Militares, Antonio José da Silva Paulet, jul. 1820, maço 79.

⁴¹ AHRS. Fundo Justiça, São Borja, Escrivão José de Abreu Vale Machado, 1830.

corregedores, caciques e demais autoridades indígenas estiveram presentes durante a transação onde foram respeitados “todos seus ritos políticos”⁴².

Os índios venderam a estância para “acompanharem por livre e espontânea vontade” o Exército do Norte. As autoridades indígenas receberam de adiantamento a quantia de dois contos e quinhentos mil réis para custear os gastos extraordinários que fizeram suas famílias na retirada de São Miguel. Na escritura também vigorava um termo de compromisso no qual ficou estabelecido que o comprador da estância se comprometesse em auxiliar as famílias que “não quiseram ou não puderam acompanhar o exército do norte”. A referência, entretanto, foi feita às famílias pertencentes às comunidades indígenas e toda a ajuda que o comprador lhes desse deveria ser reembolsada pela Fazenda Real⁴³.

O Exército do Norte era formado pelas forças do general uruguaio Frutuoso Rivera que lutava na *Guerra Cisplatina*, ocorrida entre os anos de 1825-1828. Ao final do confronto, o Uruguai tornou-se independente do reino do Brasil. A Banda Oriental, como era conhecido o Uruguai naquele tempo, tinha sido anexada, em 1821, pelos luso-brasileiros, aos domínios de Portugal, Brasil e Algarves, passando a se chamar Província Cisplatina. As forças lideradas por Rivera derrotaram as do Império do Brasil e, após este triunfo, o general uruguaio, em união com seis mil guaranis missionários, partiu para o Uruguai onde se fundou a colônia indígena de Bela União, ao norte daquele território⁴⁴.

Todavia, uma rebelião dos índios levou Rivera a dissolver a colônia em 1832, o que provocou uma nova migração dos guaranis no território do nascente Estado Oriental do Uruguai. Como consequência deste movimento populacional, foi fundada, no ano seguinte, a aldeia de São Borja del Yy pelos guaranis remanescentes de Bela União⁴⁵. Outra parte dos índios que havia migrado para a colônia uruguaia regressou às Missões Orientais. Este foi o caso dos cabildantes do Povo de São Miguel os quais efetuaram a venda da estância de São Vicente pertencente àquele Povo.

Manuel da Silva Pereira Lago, administrador geral dos Povos de Missões, em 1830, num ofício ao presidente da província do Rio Grande de São Pedro, relatou sobre o teor da venda da dita estância informando que:

Em observância ao respeitável despacho de V. Ex., datado de 20 de julho do presente ano lançado no requerimento de Alexandre de Abreu Vale: cumpre-me informar a V. Ex. que a respeito do suplicante dizer que comprou a fazenda denominada São Vicente a seus legítimos donos intuído Ex. Sr. que é nula toda e qualquer venda feita por aqueles indígenas que acompanharam o partido de Frutuoso Rivera e resultado daqueles proprietários estarem sujeitos a uma administração posta por Sua Majestade Imperial, em

⁴² AHRS. Fundo Justiça, São Borja, Escrivão José de Abreu Vale Machado, 1830.

⁴³ AHRS. Fundo Justiça, São Borja, Escrivão José de Abreu Vale Machado, 1830.

⁴⁴ PADRÓN-FAVRE, Oscar. *O caso de un pueblo de índio: historia del éxodo guarani-misionero al Uruguai (Bella Union – San Borja del Yy)*. 2. ed. Durazno: Tierradentro, 2009.

⁴⁵ PADRÓN-FAVRE, *O caso de un pueblo...*, p. 181-184.

*consequência de se considerarem de menor idade e não serem capazes de regerem nem os bens que lhes pertencem. Os índios EX. Sr. Foram enganados por Frutuoso Rivera, como é notório por alguns indígenas que voltaram por se verem inteiramente sem ter coisa alguma porque tudo que foi levado foi pouco para o citado Frutuoso lançar mãos e os índios ficaram sem nada do que carregaram [...].*⁴⁶

Pelo que foi possível observar entre as informações esparsas sobre a estância de São Vicente, sua venda foi anulada sendo restituída aos bens dos índios. Há referências de que depois da guerra, muitos guaranis voltaram àquela estância empregando-se como peões e agricultores. O administrador geral dos Povos, Pereira Lago, registrou também que muitas famílias regressaram da colônia de Bela União ao território missioneiro. Outras famílias dirigiram-se à Corrientes e ao Paraná. Segundo Pereira Lago, os índios que retornaram às Missões o informaram de que os guaranis de Bela União “[...] estão passando miseravelmente e que se não vem todos é por não poderem [...]”⁴⁷.

Esta situação já era percebida pelos corregedores dos Sete Povos Missioneiros que transmigraram para Bela União. Em 1829, os chefes dos Sete Povos transmigrados enviaram uma carta ao General Rivera dando conta do estado dos índios naquele momento. Na, carta os índios disseram que:

*Los Gefes de los Siete Pueblos, habiendo abandonado nuestros hogares por acogerlos bajo el pavellón de la República Oriental, hicimos a V. S. una representación para que se dignase elevarla al Congreso Asamblea soberana; en la tal representación manifestábamos las causas que habían dado motivo a transmigrar con nuestros hijos y familias, como también las condiciones y pactos que debían preceder a nuestra incorporación y a nuestro perpetuo establecimiento en las costas del Cuarey. Por no haber tenido hasta ahora contestación alguna nos reputamos aún como peregrinos, como huéspedes, advenedizos, y sin residencia fija; esta situación nos llena de angustia, y al mismo tiempo nos desalienta en el trabajo que con tanto brío habíamos emprendido en la población de este suelo, que más hoy más mañana hebreemos de abandonar en el caso de que la República Oriental nos deje sepultados en la incertidumbre angustiadora de lo que somos y de lo que seremos [...].*⁴⁸

Como se vê, os guaranis tinham dimensão do que ocorria em Bela União. Tinham eles a exata noção de que a transmigração poderia ter sido um erro já

⁴⁶ AHRS. Fundo Autoridades Militares, Manuel da Silva Pereira Lago, out. 1830, maço 114.

⁴⁷ AHRS. Fundo Autoridades Militares, Manuel da Silva Pereira Lago, out. 1830, maço 114.

⁴⁸ PADRON-FAVRE, *O caso de un pueblo...*, p. 105.

que na negociação com Rivera havia pontos sem acerto. Por este motivo, a dúvida quanto ao futuro colocava os índios em direção a lugares onde a previsibilidade se fazia mais notável. Em virtude disso, os destinos destes índios se mostraram variados. Contudo, para o caso de parte da elite guarani missioneira, podemos sugerir que a previsibilidade estava ligada à manutenção dos privilégios os quais se construía na relação com a administração dos Povos.

Os cargos assumidos nos cabildos davam aos guaranis da elite a capacidade política e econômica de transmigrar. Padron-Favre evidencia que boa parte da elite guarani que transmigrou à Bela União dominava a escrita. O domínio da prática letrada é mais um indício de que estes índios pertenciam à elite dos guaranis missioneiros. O domínio da escrita possibilitava aos guaranis acessar o universo administrativo dos líderes da sociedade envolvente (luso-brasileiros ou hispano-crioulos), fenômeno que já ocorria desde o período jesuítico e que se intensificava em tempos de crise⁴⁹.

Ao que tudo indica, os índios transmigrados ao Uruguai, em 1828, pertenciam à elite indígena que havia permanecido nos Sete Povos missioneiros após a conquista luso-brasileira de 1801. Pela escritura de compra e venda da estância São Vicente é possível sugerir que havia uma parte dos índios que ainda se organizava em comunidades e estas, provavelmente, não migraram à Bela União. A migração exigia recursos econômicos que possivelmente estava ao alcance apenas de uma fração da elite missioneira.

Oscar Padron-Favre aponta que, no Uruguai, houve uma parte dos índios que adquiriram independência econômica das comunidades, os quais passaram a viver como pequenos produtores rurais. Pela documentação analisada, sugere-se que também os oficiais guaranis das Missões Orientais tenham conseguido viver fora do sistema de comunidades, desempenhando cargos como os de oficiais milicianos, corregedores, agricultores e pequenos criadores.

Neste sentido, o caso do guarani Miguel Ivaré, Alferes do Regimento de Guarani do Povo de São Miguel, pode ser esclarecedor em relação às estratégias da elite indígena. Em 1821, o comandante da fronteira de Missões, Antonio José da Silva Paulet, relatou ao Governador interino do Rio Grande de São Pedro o seguinte:

O terreno mencionado no requerimento do Alferes Miguel Ivaré [...] confessado pelo mesmo requerente pertence ao Povo de São Miguel, e sabem que os meus predecessores, assim como os administradores da dita povoação consentissem ali situado a família do suplicante, era o exemplo do que se tem praticado, e pratica com muitos outros que faziam e fazem a exceção de pensar dos guaranis, quero dizer que tem uso da razão, e se amoldam às leis da sociedade; por cuja a razão costumam sair enquanto assim procedem fora da tutela, ou comunidade em que os mais devem viver; e porque o terreno acima dito

⁴⁹ Sobre a prática letrada guarani, ver: NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

pertencente a todos que formam o Povo de São Miguel, não se deve dar um, por enquanto muitos exemplos desta natureza desfalcariam completamente o patrimônio dos outros (índios), entretanto como cada um tem direito a uma certa porção do todo, deve o que casar com extranatural, ou que se julgar emancipado, não pela sua idade, mas pela sua conduta ser gratificado com uma certa quantia saída do cofre da comunidade onde pertença a título de princípio de seu estabelecimento, ficando desde logo sem direito às vantagens dos comuns.

*Convencido o suplicante pelas razões que tenho exposto do pouco direito que tinha à sua pretensão, trata de tomar de renda o mencionado prédio à sua administração, o que eu facilito por preço muito diminuto, não só para exemplo dos outros pretendentes de natureza idêntica, mas para antepor às vendas clandestinas que muitos entre eles em tais casos costumam fazer por tênue quantia, e muitas vezes para qualquer copo de bebida espirituosa: semelhantes vendas me persuado estarem duplamente nulas.*⁵⁰

Este caso evidencia que o sistema de comunidades era permeável, possibilitando aos índios que dispunham de recursos a emancipação da organização comunitária. Esta emancipação, como se pode notar, estava associada à capacidade dos índios em se utilizar dos cargos de ofícios de milícias para concentrar capital material e simbólico que possibilitassem a saída das comunidades⁵¹. O desempenho como bom soldado, oficial e guerreiro dava ao índio condições de acionar os mecanismos políticos formais que garantiam a eles o direito de fazer requerimentos como este descrito acima.

O que chama atenção, como demonstra o documento, é o fato de que muitos guaranis faziam este tipo de pedido. O horizonte dos índios milicianos, em muitos casos, era garantir as suas famílias melhores condições de vida. Estes projetos possuíam uma dimensão individual (ação do requerente) e ao mesmo tempo coletiva, pois o pedido abarcava o grupo familiar. Como se apresenta no decorrer do documento, as estratégias elaboradas pelos guaranis da elite, na busca por autonomia, representavam para as comunidades a perda gradual de seus bens, os quais passavam por crescente de “privatização”. Os guaranis milicianos participaram desse processo, assim como outros luso-brasileiros.

Isto representou para o governo dos Povos um dilema administrativo, pois se os requerimentos não fossem atendidos, as comunidades venderiam seus bens clandestinamente. Atender aos pedidos formais dos índios e dos luso-brasileiros significava, portanto, uma forma de regulamentar as vendas irregulares que faziam as comunidades. A elite indígena, na busca por autonomia das comunidades,

⁵⁰ Grifos nossos. AHRS. Fundo Autoridades Militares, Antonio José da Silva Paulet, mai. 1821, maço 69.

⁵¹ Sobre capital simbólico, ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

ajudou a privatizar os bens missioneiros, comprando-os ou arrendando-os, e as comunidades, por sua vez, ajudaram na privatização vendendo seus bens a quem tivesse interesse.

Neste processo também se nota, como as fontes indicam, que a sociedade indígena missioneira se organizava de modo desigual, por haver alguns guaranis com capacidade das de emancipação das comunidades e outros que não dispunham da mesma possibilidade. A estes últimos, permanecer na comunidade representava obter uma margem de segurança maior em relação ao mundo externo do sistema comunitário. A própria elite cabildante, ou mesmo os índios com outros ofícios que permaneceram nas Missões, poderiam naquele contexto garantir seu local de moradia, as rações de carne e seus salários, embora ténues, como recursos previsíveis e que, em territórios estranhos, a incerteza povoava a possibilidade de não os tê-los.

Ao contrário daqueles que decidiram ficar, a permanência nas Missões, para uma parte da elite indígena, vigorava como incerteza de seu futuro. A transmigração dos guaranis missioneiros à colônia de Bela União pode ter representado a possibilidade de manter e garantir seu prestígio social frente a uma realidade que se tornava cada vez mais incerta. Os movimentos revolucionários ocorridos do lado ocidental do rio Uruguai buscavam envolver os índios com base numa estratégia discursiva que tentava resgatar o passado jesuítico, idealizado como um tempo esplendoroso. Dois grandes projetos dessa natureza foram encabeçados por José Artigas e Frutuoso Rivera que atraíam os guaranis, prometendo a eles a recuperação da antiga “unidade” territorial e administrativa missional⁵². A elite missioneira, não foi enganada por Rivera como afirmou o administrador Pereira Lago.

O discurso de retorno ao passado pode ter convencido aos guaranis visto que a propaganda destes projetos poderia convergir com seus interesses pessoais e coletivos. Alguns fragmentos de trajetória pode nos ajudar a ilustrar estas alternativas que se colocavam no horizonte da previsibilidade indígena. Em 1832, foi feito um empadronamento de população (censo) em Bela União. Nele constam os nomes de todos os membros dos cabildantes dos sete Povos missioneiros que transmigraram para lá. Ao todo, foram recenseados 12 corregedores, 12 tenentes-corregedor, 12 caciques e 12 alcaides⁵³.

Entre estes, figura o nome do Corregedor do Povo de Santo Ângelo, o guarani Leandro Mandaré. Na lista das ocupações nas Missões, Mandaré foi recenseado como agricultor. Como esta lista foi elaborada para se fazer o recrutamento, este guarani certamente foi incorporado ao *Regimento de Guaranis*. Integrou a 8ª Companhia de Cavalaria Miliciana Guarani onde ocupou o posto de Cabo, como se pode ver pela relação de soldo. Outro exemplo é o de Fernando Tiraparé, Corregedor do Povo de São Borja.

Foi recenseado como peão na lista de ocupações e listado como soldado da 2ª Companhia de Cavalaria Miliciana Guarani do Povo de São Borja. Feliz Capuí, Tenente-Corregedor, Dom João da Cruz, secretário do Povo de São Borja em Bela União, corregedor do mesmo Povo, em 1810, e soldado da 1ª Companhia; todos agricultores. Dom Vicente Japuú, Corregedor de São Nicolau em Bela união, foi

⁵² WILDE, *Religión y poder...*, p. 350-355.

⁵³ PADRON-FAVRE, *O caso de un pueblo...*, p. 96.

listado como agricultor em 1810, Dom Estaquio Potí, agricultor, soldado e alcaide do mesmo Povo, Dom André Cavi, listado como agricultor nas ocupações de 1810.

Considerações Finais

Enfim, são estes alguns exemplo que demonstram como alguns membros da elite missioneira conseguiram ascender socialmente elevando-se aos cargos dos cabildos e das milícias. Esta fração da elite guarani ajuda a perceber que houve a permanência destes notáveis nas Missões até pelo menos 1828, quando ocorreu a invasão do general Rivera. Os indícios mostram também que esta elite missioneira conseguiu se manter no exercício de seus cargos mesmo fora do território missioneiro, garantindo assim certa longevidade do cabildo, principal órgão político de representação indígena ante a sociedade envolvente.

Contudo, é possível notar que os cabildos vinham perdendo seu espaço de representação durante a administração luso-brasileira. Primeiro porque, provavelmente, o órgão não garantia a representação de todos os índios e segundo, porque o recrutamento para as milícias dava aos índios uma segunda via de representação e ascensão social dentro das Missões alheia aos cabildos. Com isso, podemos pensar que o poder da elite missioneira vinha se fragmentando e a legitimidade do cabildo diminuindo devido à concorrência dos líderes guaranis que ingressaram nas milícias.

Talvez, no discurso restaurador de Rivera, os guaranis da elite, ligados aos cabildos, tenham visto a possibilidade de resgatar o papel político central que o órgão ocupava, principalmente após a expulsão dos jesuítas quando o poder desta instituição indígena cresceu consideravelmente. A transmigração pode ser interpretada como uma estratégia na qual os índios visavam assegurar sua autonomia frente a uma conjuntura de debilidade de sua organização social tradicional.

Os índios que concentravam mais recursos buscavam sair das comunidades, talvez porque tenham percebido que se tornava cada vez mais desfavorável permanecer naquela situação. A produção comunitária se mostrava cada vez mais incapaz de gerir a subsistência dos Povos. Os guaranis se viram envolvidos por estas conjunturas adversas o que afetou diretamente as comunidades indígenas.



RESUMO

O objetivo deste artigo é caracterizar o grupo de índios guaranis que passaram a ser recrutados como milicianos para defender o território missioneiro. O recrutamento iniciou a partir de 1810, devido às ameaças de invasão daqueles territórios pelos castelhanos, por causa das guerras de independência das colônias espanholas do rio da Prata. A revolução de independência, desencadeada por Buenos Aires, teve impacto político e social decisivo sobre os povos missioneiros que se localizavam na fronteira colonial entre Portugal e Espanha na América Meridional. A partir da Lista de Todas as Pessoas Empregadas na Província de Missões, à luz de análise quantitativa, traça o perfil sócio profissional dos índios que foram recrutados como milicianos. A partir disso, nota-se que os índios não foram agentes passivos nos processos históricos da Fronteira Meridional. Eles participaram ativamente da administração dos povos e também das milícias de guaranis que serviam de suporte aos exércitos luso-brasileiros empregados na defesa do território missioneiro. Suas ações faziam parte de estratégias individuais e coletivas que atendiam a necessidades concretas do mundo social.

Palavras Chave: Guarani; Recrutamento; Guerra.

Artigo recebido em 30 mai. 2015.

Aprovado em 08 out. 2015.

ABSTRACT

The purpose of this article is to describe the group of Guarani Indians who came to be recruited as militiamen to protect the missionary territory. Recruitment started from 1810 because of threats of invasion of those territories by the Castilians, because of the wars of independence of the Spanish colonies of the River Plate. The revolution of independence, triggered by Buenos Aires, had decisive political and social impact on missionaries' people who were located in the colonial border between Portugal and Spain in South America. From the List of All the People Employed in Missions Province, in the light of quantitative analysis traces the socio-professional profile of the Indians who were recruited as militiamen. From this, it is noted that the Indians were not passive agents in the historical processes of the Southern Border. They actively participated in the management of people and also of the Guarani militia that served as support for Portuguese-Brazilian armies employed in the defence of the missionary territory. His actions were part of individual and collective strategies that met the specific needs of the social world.

Keywords: Guarani; Recruitment; War.